

As Legiões de Portugal nas guerras Napoleónicas: um estudo comparativo entre a Loyal Lusitanian Legion e a Légion Portugaise

João Francisco Martins Moita



Contexto, objetivos e métodos

A criação de forças militares, tendo em conta a origem dos seus integrantes, com o objetivo de criar lealdades político-ideológicas que servissem o propósito dos seus organizadores e financiadores, não é uma inovação do séc. XIX, no entanto, a crise política do período 1789-1815, foi fortuita nesta eventualidade. A Legião Portuguesa, que serviu Napoleão na Europa Continental^[1], tal como a *Loyal Lusitanian Legion*, criada para servir as monarquias britânica e portuguesa, são assim excelentes exemplos neste contexto.

Sendo o colóquio internacional - *Gomes Freire de Andrade, o homem e o seu tempo* - uma comemoração do bicentenário de momentos fundamentais da História Ibero-Americana (revolução de 1817, em Pernambuco e a “conspiração” de Gomes Freire contra a tutela britânica), penso que será correto analisar de que forma as unidades estrangeiras integradas nos exércitos *napoleónicos*^[2] - sendo Gomes Freire uma das figuras de destaque na liderança da Legião Portuguesa - vão atuar num contexto político de mudança e fim do antigo regime, rumo ao domínio do liberalismo e num contexto militar em plena época de mais de duas décadas de conflito Europeu.

Seguindo a proposta de Licínio Gomes - *A Importância da Autonomia da Leal Legião Lusitana* (GOMES, 2014), trabalho de investigação aplicada da Academia Militar, orientado pelo Coronel Doutor Nuno Pires, serão analisadas pela primeira vez, num contexto comparativo, a LLL^[3] e a LP^[4], perspetivando a sua integração em cenários de guerra distintos, com funções diferenciadas no que diz respeito à natureza do combate, bem como a muitas outras distinções relativas à origem, organização, financiamento, liderança e comportamento no desenrolar da guerra.

Revista Militar N.º 2605/2606 - Fevereiro/Março de 2019 - Número Temático , pp 359 - 377.

:: Neste pdf - página 1 de 22 ::

O acesso às ferramentas heurísticas necessárias para a realização deste estudo, levaram à decisão de seguir uma análise que consiste no cruzamento de fontes históricas, com obras gerais e específicas que incidem sobre os aspetos táticos, estratégicos e estatísticos dos teatros de guerra napoleónicos, obtendo assim uma nova visão dos relatos dos intervenientes, quando confrontados com os números de estudos mais recentes.

Diga-se que a crueza das estatísticas não pode afastar uma análise do percurso de cada uma das Legiões em questão, no entanto, seria inútil comparar as palavras de oficiais que estiveram presentes em Salamanca, em 1809, com o seu homónimo presente em Borodino, em 1812, sem contextualizar o abrupto confronto entre duas realidades específicas.

Desta forma, pretende-se que se compreenda a crise política e posterior militarização dos estados e a natureza da guerra no seu aspeto tático, estratégico e até geográfico, passando de seguida à importância das questões morais e ideológicas, antes de finalmente comparar – dentro dos diversos parâmetros a ser apresentados nos últimos capítulos – as duas legiões.

Por fim, é notável a variedade de literatura e investigação académica que existe em torno deste tema, destacando entre as dezenas de obras: fontes relativas aos militares que estiveram nos campos de batalha (LILLIE, 1812); edições oitocentistas, biográficas e narrativas das guerras napoleónicas (WILSON, 1862; BANHA, 1863; BARRADAS, 1892; RIBEIRO 1901); publicações relativas à História militar, incidentes nos aspetos táticos, estratégicos, etc. (CHARTRAND e YOUNGHUSBAND, 2000 e 2001; MUIR, 1998); trabalhos académicos de investigadores portugueses da Academia Militar (TEIXEIRA, 2010; GOMES, 2014).

Introdução - crise, guerra e ideologia

Crise e militarização do estado

O grande tumulto causado pela revolução francesa e as posteriores guerras napoleónicas, constituem uma fronteira de evolução e mudança do panorama tático e estratégico dos exércitos Europeus. Tal como os exércitos, também as sociedades, num contexto de crise política, sofreram uma mutação rumo à progressiva militarização, respondendo às necessidades de uma guerra moderna, continental e total.

Estes eventos, normalmente tidos como definidores de um período específico, correspondente ao virar do séc. XVIII para o XIX, deixaram uma marca muito mais prolongada, criando um legado político no seio das mais fortes potências europeias, redefinindo a geopolítica de equilíbrio continental, abrindo assim portas para o domínio global do Reino-Unido.

É também neste contexto que a criação de redes de dependência, financeira e política, vai criar um cenário de guerra total entre as forças de Napoleão e as várias coligações europeias, bem como aquilo que hoje a historiografia define como “guerra por procuração”, sendo a rivalidade entre a França e o Reino Unido, o catalisador para que pequenos estados-nação, ou mesmo forças militares independentes, entrem em conflito. Esta dimensão, quase “omnipotente” dos dois grandes polos de força na Europa, culmina com aquilo que poderíamos definir como crise do Iberismo. Numa península que outrora dominou as rotas comerciais e criou ligações dinásticas, permitindo a expansão das suas redes de influência por várias cortes Europeias, assistimos, no final do séc. XVIII, a uma crise, pelo mais variados fatores, que deixa que a França e o Reino Unido ganhem cada vez mais poder decisório nas políticas internas e externas de Portugal e Espanha.

Assim, num contexto de guerra generalizada, o poder político, que nos países das várias coligações anti-Napoleão, era tendencialmente independente do poder militar, ofuscou progressivamente essa separação. Não que estivesse em causa a tomada de qualquer reino por um militar de carreira, como aconteceu com a hábil escalada de Napoleão na república francesa, mas antes uma real atribuição do poder *de facto* aos generais que combatiam nos vários teatros, tornando-se governadores dos países ocupados, administrando questões financeiras, sociais, etc. em prol do esforço de guerra.

A expansão napoleónica não poderia acontecer de outra forma. Olhando para o caso português, percebemos que a existência de uma Regência, nomeada por D. João, não impedia que Junot fosse nomeado para essa mesma Regência como duque de Abrantes, mantendo assim a administração portuguesa um caráter *de jure* independente, mas, *de facto*, submissa às vontades da liderança militar francesa. Com a extinção do Conselho de Regência, em Fevereiro de 1807, o Conselho de Governo, encabeçado por Junot, levou a cabo as duas grandes linhas de intervenção relativas às mudanças político-administrativas e militares, neutralizando o exército português e abrindo espaço para a reorientação das forças portuguesas para o combate noutros teatros, como é o caso da Legião Portuguesa sob o comando do marquês de Alorna, nomeado por Junot como inspetor-geral do exército português^[5].

A natureza de total submissão do estado ao poder militar é característico das guerras em larga escala do mundo pré-industrial, culminando na intrínseca relação entre ambos os poderes e conseqüente ligação do sucesso militar ao sucesso político. Assim, a responsabilidade pelo sucesso ou falhanço estaria muitas vezes nos ombros dos generais. No pico das revoluções francesa e espanhola muitos pagaram com a vida o falhar num teatro de operações^[6], enquanto que, de igual forma, o sucesso poderia levar ao topo, como é exemplo o caso de Napoleão. Compreenda-se, assim, que os castigos ou recompensas dadas pelo poder político ao poder militar não são necessariamente justos, mas exemplificam a importância do último, cabendo-lhe a responsabilidade de salvaguardar a existência dos dois poderes.

Por outro lado, as resistências levantadas tanto em Espanha como em Portugal, no momento em que ambos os países se encontravam sob ocupação militar, maioritariamente representadas na criação de juntas locais, funcionaram paralelamente à

regência (no caso português), sendo centros de administração dependentes da organização militar local^[7]. Estas, sendo como já foi referido, paralelas ao poder da regência evocaram a autoridade do príncipe regente, legitimando a sua ação no princípio da representação corporativa subjacente ao tradicional modelo de composição e votação em Cortes, mas também no facto de possuírem realmente meios (i.e, armas) para resistir à vontade política alheia.

Natureza da guerra

Independentemente do contexto político, é necessário apreender em que “guerra” participaram as duas forças militares em análise. A guerra do início do séc. XIX é certamente diferente das experiências de outras cronologias, constituindo uma fronteira, onde o mundo cavaleiresco, pertencente ao imaginário medieval, se cruza com a realidade de uma escala de centenas de milhares^[8] de homens, lutando não só cara-a-cara, mas também a distâncias que até então não eram possíveis, sem o aperfeiçoamento da artilharia.

Qualquer análise do combate, especialmente quando feita em primeira-mão, é inevitavelmente simplificada, à confusão dos momentos de confronto, juntamente com a influência de cada partido, junta-se uma realidade onde as formações são menos perfeitas do que o que parecem, os homens são sujeitos a momentos de tensão ímpares e a grande maioria das batalhas - especialmente em teatros onde a guerrilha muitas vezes predomina, como na península^[9] - acabam em movimentos de indecisão, escaramuças a longa distância ou até em avanços arrependidos.

As atitudes entre os inimigos variavam, podendo assistir-se a ambas as faces da guerra. Se, muitas vezes, as “regras da guerra” levaram à cortesia, existindo casos onde patrulhas francesas conviveram abertamente com patrulhas inglesas, também, mais uma vez, no panorama da guerrilha peninsular, atos de atrocidade e respetiva vingança, muitas vezes efetuados por partidos indistintos, fora do contexto dos exércitos regulares.

As campanhas de Napoleão, no centro da Europa, parecem nunca ter adquirido a maneira “cortês” como a guerra foi tida pelos oficiais ingleses e franceses na península, mas, até à invasão da Rússia, o carácter profissional dos soldados predominou^[10]. É claro que com a pressão efetuada sobre os exércitos de Napoleão, especialmente durante as campanhas de 1812-1814, a brutalidade do conflito levou a melhor sobre a cortesia, existindo até espaço para vinganças dos elementos locais, sobre os abusos cometidos durante os anos de ocupação francesa.

Esta é também uma guerra de paradoxos, onde um número relativamente baixo de soldados chegara realmente a matar um inimigo. Esta afirmação parece de certa forma controversa, mas a realidade é que a grande maioria das baixas em ambos os cenários (continente e península) foi causada pelas doenças, fome e exaustão, sendo as vítimas das armas de fogo sempre incertas, devido ao modo como a ação era levada a cabo, i.e, em conjunto e em linha. A estatística é surpreendente, mostrando que mais de dois terços dos que sucumbiram não morreram em combate^[11], assim como também é surpreendente

que um oficial, pela necessidade de liderar e não recuar após sofrer um ferimento ligeiro no campo de batalha, tivesse mais probabilidade de morrer em ação, no entanto, menos probabilidade de morrer ao longo da campanha, visto usufruir de melhores condições de higiene, tratamento e alimentação. É claro que, do ponto de vista de um soldado em ação, todas estas considerações não são calculadas, assumindo a maioria dos soldados o papel de atiradores exímios, com várias mortes em combate, não pondo em causa a sua participação no momento de enfrentar o inimigo.

No que diz respeito à estrutura dos exércitos, onde as duas legiões em estudo se integram, existiu sempre a tripartição fundamental entre infantaria-cavalaria-artilharia. Sendo as LLL e a LP compostas por batalhões das três, parece ser importante distinguir as funções de cada uma para o período correspondente.

O elemento que muitas vezes é representado erroneamente nas suas funções, é a cavalaria. Fruto das imagéticas construídas à volta da guerra romanceada, apreendemos a cavalaria como um objeto sempre presente nas longas linhas da frente, atacando em linha e de forma isolada. Se é verdade que investidas desta natureza podem ter ocorrido, mais verdade é que o coração das táticas de cavalaria era mais mundano: preservar reservas, assegurar intervalos entre posições das outras estruturas (infantaria e artilharia), resguardar os corpos dos exércitos contra ataques pelos flancos e fazer o reconhecimento que só a velocidade dos cavalos permitia.

As cargas, quando realizadas, dependiam essencialmente da disciplina não só para enfrentar as linhas adversárias, como para manter a ordem em momentos de reagrupamento para nova carga.

No que diz respeito à artilharia, as funções era também elas múltiplas, passando por providenciar apoio à infantaria, bombardear redutos a longa distância, preencher falhas nas linhas de combate, suprimir artilharia e cavalaria inimiga providenciando bloqueios táticos, mas de forma mais regular e quase sempre aplicada, desgastar o exército inimigo antes das linhas entrarem em contacto.

Por fim, o corpo mais importante de todos os exércitos pré-mecanizados: a infantaria. Ao tempo de Napoleão, e particularmente importante para a comparação em análise, a infantaria estava definida consoante a sua mobilidade e função, dividindo-se entre infantaria ligeira e pesada. Durante a batalha, a infantaria ligeira, liberta da disciplina das linhas e contando com a iniciativa dos próprios soldados, poderia ocupar terrenos irregulares e urbanos, tendo sempre a tendência para perturbar as formações regulares através de táticas de guerrilha. A fluidez da sua formação permitia ataques seguidos de fugas rápidas, chegando mesmo a desempenhar a importante função de proteger as linhas regulares de ataques surpresa de forças não-regulares. Este tipo de infantaria ganhou, ao longo do séc. XVIII, uma característica fama de integrar elementos altamente treinados e de qualidade superior aos seus camaradas de armas da artilharia, cavalaria e infantaria regular, considerando Napoleão que a sua função “era a mais desgastante e mortal^[12]”. Compreendemos assim que este tipo de infantaria poderia reter algumas das funções dos corpos de artilharia e cavalaria, nomeadamente no que diz respeito à

proteção dos flancos, ao desgaste das forças regulares e à supressão tática de movimentos inimigas.

Aquilo que Clausewitz delimitou como a “continuação da política por outros meios”, é assim dependente dos contextos onde acontece, e embora as estruturas táticas de que dependem as funções se mantenham essencialmente um objeto de controlo estratégico, a verdade é que as emoções, como todos os aspetos da natureza humana, comandam também elas a natureza da guerra. A guerra e conflito armado, tendencialmente visto como dependente de um corpo organizacional, foi neste período tendencialmente caótica e imprevisível, sendo as limitações logísticas, o clima, a geografia, mas especialmente a imperfeição humana, o que muitas vezes ditou a o desenrolar dos eventos.

Moral e ideologia

Tentando exercer a sobreposição das suas decisões sobre os “fatores de fricção” Clausewitzianos enumerados acima, as lideranças estatais e militares vão levar a cabo um esforço para manter uma ligação entre as ações dos exércitos e as suas motivações.

“Em 1807, os invasores entraram armados no país como «protetores» do povo e da nação. Num primeiro momento, Junot proclamou o seu intento de libertar a capital portuguesa da «influência maligna de Inglaterra» e fez saber que o porto de Lisboa correria o risco de ser bombardeado pela esquadra naval britânica, destino a que não escapara a cidade de Copenhaga^[13]”. Este trecho resume o que podemos definir como os quatro vetores ideológicos presentes nos conflitos napoleónicos: ocupação, libertação, monarquia (associada à preservação dos valores tradicionalistas) e revolução (associada aos ideias revolucionários e republicanos).

Muitas vezes evocados, estes quatro vetores associados ao patriotismo, arguíam a favor de uma retórica perfeita, que culminava nos gritos acusatórios de traição e que permitia um entusiasmo sem paralelo, funcionando como um importante fator mobilizador tanto na linha da frente, como na recruta e formação das forças militares.

Entenda-se que, mais uma vez, a diferença entre os teatros de guerra, resultaria numa modificação do uso dos ideais evocados. Naturalmente que, tendo em conta a associação entre a revolução e o anticlericalismo, muitas vezes na Rússia Ortodoxa ou na Espanha Católica, foi encorajado entre os soldados e população que o combate era mais do que simplesmente baseado na oposição política, ganhando contornos de cruzada. Também importante de notar, especialmente no caso da Península, que a retórica era muitas vezes contraditória, pois a ocupação inglesa poderia ser vista como libertadora da opressão francesa, e vice-versa.

De um ponto de vista mais imediato, a ideologia foi muitas vezes substituída pela excitação, *glamour* e oportunidade de afirmação, providenciadas pela participação na guerra. O que constituiria a moral, espírito e muitas vezes sucesso de uma ação militar, assentava numa importância muito superior da confiança do soldado no “soldado”, no seu comando, quando comparada com o amor pelo seu país ou posição política. Assim, compreende-se, que se tenha criado o mito de que as guerras revolucionárias e

napoleónicas foram um período da história militar onde os comandantes arriscariam muito mais as suas posições em contraste com a precaução típica da guerra setecentista. Podemos distinguir, seguindo estas leituras, dois níveis de motivação presentes nas forças militares deste período:

- uma secundária, ligada à ideologia e patriotismo, que move muitas vezes os soldados em detrimento da disciplina mais restrita;
- uma primária, ligada à familiaridade e confiança do soldado com o seu corpo e comando.

A harmonia entre os ideais de cada um e a necessidade de formação e ação das legiões Lusitana e Portuguesa são assim essenciais de compreender, ultrapassando as motivações comuns do soldado na guerra oitocentista. Serão assim distinguidas as motivações correspondentes às duas, no capítulo que trata da sua comparação direta.

O Teatro de Guerra Peninsular e o Teatro de Guerra Continental

População e espaço

No primeiro plano de análise da atuação de qualquer força militar, em qualquer período, é necessário olhar primeiro para o espaço ocupado pelos exércitos, a moldura humana com quem vai conviver e de que forma esses dois fatores alteram a sua ação.

Difícilmente podemos fazer uma retrospectiva clara, dentro dos parâmetros enumerados, do que foi o teatro de guerra Continental, pura e simplesmente pela sua dimensão e pluralidade. Dentro de um teatro que se estende entre as fronteiras orientais de França e os centros urbanos da Rússia, as diferenças são constantes, andando ao ritmo frenético das movimentações dos exércitos. Assim, notemos apenas alguns breves apontamentos baseados nos dados estatísticos que corroboram a pluralidade mencionada. Na década de 1790, a França conta com uma densidade populacional de cerca de 67 hab./Km², contrastando com a Rússia que apenas conta com 2 hab./Km². Mesmo tendo em conta a extensão enorme do território russo, a mesma fonte conta 250 mil habitantes em Moscovo, a maior cidade da Rússia, seguida de São Petersburgo com 170 mil habitantes. França conta já nesta época com várias cidades com mais de 100 mil habitantes (1790-1800), como Paris, Lyon e Marselha. Esta comparação é útil quando posta em paralelo com o mapa político da Europa do final do séc. XVIII, constatando-se que o centro da Europa (França, Alemanha, Itália, etc.) conta com uma maior presença de espaços urbanos, decrescendo essa tendência com o avanço para o Leste Europeu.

Do ponto de vista da geografia política, os exércitos napoleónicos, incluindo a Legião Portuguesa, estarão sempre numa constante adaptação, necessitando de compreender a diferença do cenário onde combatiam, em relação ao cenário anterior, modificando as

suas lógicas diplomáticas e, especialmente, logísticas.

A Península, não impune quanto à criação de desafios no âmbito da geografia física, era bastante mais simples no que toca à sua composição político-administrativa. É possível ver este teatro de guerra como um tabuleiro dividido entre as forças de França e do Reino Unido, contando a França com as suas linhas logísticas ligadas entre os Pirenéus aos centros administrativos no oriente e centro do Reino de José Bonaparte e o Reino Unido com a sua posição forte, que, num primeiro lugar, foi assumida no Atlântico e Mediterrâneo e, posteriormente, no Reino de Portugal. A posição assumida por Wellington, depois de 1808, demonstra, na prática, que as zonas costeiras são claramente a peça chave para a vitória britânica na Península, sendo Portugal e a sua faixa costeira uma fonte logística essencial, nunca rivalizada pelas linhas de comunicação terrestres entre os Pirenéus.

A única inconsistência com as simplicidades geopolíticas deste teatro, passa pela relativa independência das juntas locais, que muitas vezes assumiam posições consoante o seu interesse particular.

Geografia e aplicação das forças militares

As características físicas do terreno - florestas, montanhas, rios (...) - foram, em ambos os teatros, influências para o desfecho de escaramuças e batalhas. Em conjunto com as características climáticas (tão plurais no Continente onde o Inverno russo prejudicou Napoleão, como na Península, onde as regiões semi-desérticas prejudicaram muitas vezes o acesso a recursos) foram definidoras não só dos já referidos múltiplos desfechos, como de constituir barreiras psicológicas, estabelecimento de linhas logísticas, etc. Mas, tendo em conta o objeto em análise, sugere-se que a maior diferença seja a forma como a geografia física contribuiu para a forma de atuação das forças mobilizadas, em termos da sua regularidade ou irregularidade, i.e., a menor ou maior tendência para o emprego de forças regulares ou de guerrilha, bem como o número absoluto de combatentes empregados de forma eficaz em cada situação.

Olhando, em primeiro lugar, para os números, vemos um teatro Continental onde várias batalhas contaram com mais de 100 mil homens, sendo comum um número entre 50 a 100 mil. Grandes vitórias de Napoleão, como Marengo, Austerlitz e Jena, contaram como menos de 100 mil homens do lado francês, sendo os exércitos mais móveis e rápidos, no entanto, os números continuam a ser superiores aqueles que observamos, quer em Itália quer na Península. Das grandes batalhas, como Talavera, Salamanca, Corunha, Bussaco, entre dezenas, apenas a batalha de Vitória, em Junho de 1813, contou com mais de 60 mil homens de cada lado^[15]. Este número, pouco habitual para a Península, resultou já em inúmeros problemas de coordenação por parte de Wellington, o que nos leva ao segundo fator de influência. A diferença de organização entre os exércitos consoante o seu tamanho.

O tamanho relativamente pequeno dos exércitos peninsulares revelou pouca necessidade de organização acima do nível das divisões (10 a 15 mil soldados), mas, na Europa

Central, divisões de infantaria eram muitas vezes colocadas sobre o mesmo comando equivalente a um regimento peninsular, variando no tamanho e unidades auxiliares (brigadas de cavalaria e artilharia) que as acompanhavam. Os corpos do exército Napoleónico eram assim muito diversos em relação à sua dimensão, variando desde o número de apenas 10 mil homens, a 40 mil, como o III, de Davout, em 1806, com divisões de 9 mil homens^[16].

Aceita-se que os exércitos menos numerosos sejam mais fáceis de comandar, tendo menos separações hierárquicas entre o primeiro e o último comando. Comparando o exército de Wellington, em 1812, onde o general apenas lidava diretamente com onze subordinados (comandante da cavalaria aliada, oito comandantes de infantaria e dois comandantes das brigadas portuguesas), seguindo-se apenas duas separações na cadeia de comando entre Wellington e os comandantes dos batalhões, o exército francês, em Austerlitz, com os seis marechais a que se juntava o general Oudinot, liderando uma cadeia de comando que separava Napoleão dos comandantes dos seus batalhões em quatro diferentes patamares^[17].

Desta forma, já entendidas as diferenças entre tamanho dos exércitos e a consequente diferenciação no parâmetro organizativo, conclui-se que um importante fator vai alterar o modo de atuação dos exércitos nos dois diferentes teatros: a LLL vai assim seguir um rumo diferente da Legião Portuguesa, seguindo a tendência para adaptação de táticas de guerrilha, preterida por Wellington, na defesa dos ataques franceses em prol duma total reconquista da Península. É verdade que a guerrilha não é exclusiva da Península, mas nenhum caso continental pode ser comparado ao que Wellington apresentou na defesa da invasão de Massena, combinando as fortificações das Linhas de Torres com a constante ação de guerrilha, expondo os franceses à escassez de todo o tipo de recursos^[18].

Nas próprias palavras de Napoleão, “a Espanha é diferente, os espanhóis têm um caráter nobre e generoso, mas uma tendência para a ferocidade e não suportam ser tratados como uma nação conquistada; reduzidos ao desespero, estão preparados para soltar a mais terrível e corajosa rebelião, com os mais perversos excessos^[19]”.

Esta guerra de guerrilha vai contrastar com a ação da Legião Portuguesa, participante em batalhas no sentido mais tradicional do termo, onde era apenas mais um pequeno grupo de homens, num mar de regimentos. A própria natureza do combate e geografia destes contextos permite-nos perceber como a LLL conseguiu, em comparação com a Legião Portuguesa, uma maior autonomia, própria dos guerrilheiros de qualquer época em análise.

Outras disparidades a ter em conta

Outros fatores contribuíram para um diferente modo de funcionamento dos exércitos nos dois diferentes cenários, não podendo desenvolver esses mesmos, resta-nos apenas referenciar o que num contexto diferente pode ser explorado.

A maior influencia das altas patentes no teatro continental, fruto não só do já referido

tamanho dos corpos, mas também das tradições aristocráticas das nações da Europa Central. A formulação tática, empregue de forma diferente nos exércitos aliados, mas comum ao exército francês, tipicamente organizado em coluna e não em linha, como o inglês.

Por fim, a própria distribuição das tropas alheias à nacionalidade dos corpos principais, i.e, por exemplo, a distribuição das tropas portuguesas no exército britânico, tendo em conta a inexperiência das primeiras. Este fator ganha importância, quando o objeto em análise se trata de duas legiões estrangeiras presentes nos exércitos dos seus aliados.

Como veremos, se a Legião Portuguesa é integrada de forma simples no grande exército de Napoleão, o debate na Península foi constante, entre as posições que defendiam a criação de forças autónomas portuguesas e Wellington, que distribuiu muitos portugueses pelo seu exército. O general, fez representar normalmente uma brigada portuguesa por cada duas britânicas em cada divisão.

A Legião Portuguesa e a Leal Lusitana em comparação

A origem e o financiamento

Depois da vitória francesa, em 1807, e a decisão da repartição do Reino de Portugal pelos vencedores, Junot entende que existe, além da ameaça inglesa, um real perigo de insurreição, através dos vencidos exércitos portugueses, convertidos em possíveis milícias. Prevendo este perigo, em Novembro, é recomendado ao imperador que desarmasse e licenciasse o exército português,

»Podeis mesmo reunir um corpo de cinco a seis mil homens do exército português, oficiais e soldados, fazendo-os marchar por colunas de 1.000 homens para França, declarando-lhe, que os tomo ao meu serviço; fazei-os ^[20]ajuramentar...»

Apurando a elite do exército vencido, Napoleão coloca-o sobre as ordens do Marquês de Alorna, em conjunto com outras importantes personalidades de prestígio militar, como Gomes Freire de Andrade, homens experientes nas lides militares e diplomáticas, que embora sejam da opinião que o exército da França é imbatível, poderiam servir outros interesses.

Alguns anos antes, em 1797, no momento de maior tensão entre os reinos Ibéricos, o Reino-Unido, demonstra o seu interesse na defesa do seu bastião estratégico na Europa Continental, enviando uma força expedicionária sob o comando de Sir Charles Stuart. Compadecendo com a estratégia de Gomes Freire, que realçava a importância do Porto e Lisboa, a Inglaterra garantiu que não iria ceder a posição portuguesa facilmente^[21].

Já em 1808, com a ameaça francesa concretizada, o interesse inglês ditou a formação de

uma legião que acompanhasse o seu exército. Através de emigrados portugueses em Inglaterra, bem como refugiados da invasão francesa, os coronéis José Maria da Maura e Carlos Frederico Lecor, apoiados pelo ministro português em Londres, tomaram a iniciativa de encabeçar esta força. Tendo em conta a existência prévia da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão, optou-se pela escolha do nome Leal Legião, constatando a oposição das lealdades políticas de cada uma.

Assim a LLL, não é apenas um corpo organizado por Portugal, nos quadros do seu exército, mas sim um corpo constituído e pago inicialmente por Inglaterra e posteriormente pelo bispo do Porto, que irá de facto servir o exército inglês. Composta por portugueses, dava lugar, ainda assim, nas posições de comando, a oficiais ingleses^[22].

Podemos distinguir duas razões distintas para a criação destes dois corpos. Fica claro que a Legião Portuguesa, mais do que providenciar um reforço importante, para o já numeroso exército de Napoleão, multifacetado e com acesso a um sem número de fontes de recrutamento, é recrutado de forma a danificar a capacidade de organização e insurreição dos sectores armados em Portugal.

A LLL, também contando com um reduzido número de efetivos de início, mostra ser uma forma inteligente do exército inglês aumentar as suas fileiras, explorando a lealdade dos emigrados e, tendo em conta o desenvolvimento das guerrilhas no teatro Ibérico, explorando autonomamente, numa guerra de desgaste, a vanguarda dos exércitos invasores.

O financiamento é, no caso da LLL, assegurado num primeiro momento por Inglaterra, mas o interesse de António José de Castro, bispo do Porto que ao contribuir para a resistência portuguesa, em 1808, é obrigado a fugir, em 1809, garantiu que a Inglaterra continuasse a manter o corpo, financiando-o apenas parcialmente. A Legião Portuguesa não levanta qualquer questão a este respeito, pois estando completamente integrada no grande exército era financiada pelo império, desenvolvendo um grau menor de autonomia.

Organização e números

A maior diferença existente entre as duas legiões trata-se da sua dimensão. Devido ao próprio contexto de recrutamento, criação e propósito, a LLL é uma força de dimensão menor, dois mil e seiscentos homens^[23], aproximando-se mais da definição moderna de regimento, do que da definição de legião. Já a Legião Portuguesa constituiu uma divisão que, integrada nos corpos do seu exército, chegou a possuir cerca de oito mil homens^[24].

Pelo facto da Legião Portuguesa ter sido projetada tendo em conta o desmantelamento do exército português, todas as unidades que foram idealizadas constituíram-se sem dificuldades, ao contrário da LLL, onde alguns batalhões não chegaram a ser reunidos. Assim, Junot decretou que dos vinte e quatro regimentos de infantaria em Portugal, restassem apenas seis, com o primeiro a ser composto com a guarnição de Lisboa. A cavalaria, antes com doze regimentos, passou a apenas três, conservando-se apenas a

organização portuguesa dos batalhões de artilharia e engenharia. Para reduzir o exército, Junot optou por um critério de licença para todos os soldados com menos de um ano de serviço, bem como licença para os soldados casados e oficiais considerados incapazes^[25]. A LLL, embora tenha sido projetada de modo a incluir batalhões de cavalaria, nunca chegou a tê-los (embora alguns autores defendam que a existiram planos diferentes). Dos quatro batalhões de infantaria que foram idealizados, apenas dois chegaram a ser constituídos. Cada um integrou dez companhias, que foram auxiliadas por três esquadrões de cavalaria, com missão de reconhecimento e comunicação. Restou ainda espaço para a formação de uma bateria de artilharia com quatro peças ligeiras e dois obuses^[26].

Ambas as forças foram reestruturadas devido a danos sofridos com o desenrolar das campanhas. A LLL, sofreu uma reorganização relativamente simples, que também veio a ser o seu fim. A participação individual de cada um dos seus batalhões em ações distintas levou com que a força fosse cada vez mais desgastada e, em 1811, o 1º Batalhão deu origem ao Batalhão de Caçadores 7, com o 2º Batalhão a dar origem ao Batalhão de Caçadores 8 e os restantes ex-elementos num 9º Batalhão de Caçadores^[27].

A Legião Portuguesa, ainda na campanha de 1809, formou uma semi-brigada que atuou junto do 2º Corpo do Marechal Oudinot, sofrendo reorganizações em 1811, passando a três regimentos de infantaria, um de cavalaria e um batalhão de depósito, e, em 1813, após a campanha na Rússia, restando apenas um batalhão no ativo e outro de reserva^[28].

O Comando

Em relação à liderança das duas legiões, interessa-nos mais propriamente o modo como foi evoluindo e como foi aplicada do que propriamente quem foram os líderes das duas. No entanto, não podemos deixar de o escrever.

Como já vimos a LLL foi encabeçada por Robert Wilson, deixando a cargo do 1º Batalhão o Tenente-Coronel C. Mayne e o 2º Batalhão a Frederick Barão de Eben. A questão da verdadeira natureza do comando de Wilson é necessariamente alvo de análise, pelo estatuto de maior ou menor autonomia da LLL, como veremos.

A Portuguesa, só poderia ter sido encabeçada por aqueles que podemos nomear como indivíduos da confiança de Junot^[29]. Assim, o comandante-em-chefe na pessoa do Marquês de Alorna vai encabeçar a Legião, seguido de Gomes Freire de Andrade e os comandantes de divisão, José Carcome Lobo (1ª divisão) e José de Brito Mosinho (2ª divisão)^[30].

As reorganizações da LP, em 1810, 1811 e 1813, devido à reestruturação das dimensões da força, já veterana em várias teatros de operações, vão progressivamente trazer à proeminência Gomes Freire. Este é um dos primeiros pontos onde podemos distinguir diferenças entre as forças anglo-lusas e as luso-francesas: as modificações na cadeia de comando vão acontecer por motivos distintos.

Se a LP encontra na evolução da sua ação em campo de batalha, e consequentes necessidades de reorganização, como o motivo pelo qual se vão dar novos papéis de preponderância, a LLL encontra nos conflitos relativos à natureza da sua autonomia, a radicação dessa mudança.

Assim, Robert Wilson, que se considera independente dos seus comandantes superiores (Beresford e Wellington), vai, em conjunto com Mayne, ser chamado a Inglaterra pelo seu excesso de “liberdade”, passando o comando da Legião para Beresford, até esta ser finalmente dissolvida dentro do exército português^[31].

João Freire, define *Comando*, como sendo “uma ação que conta com a cooperação dos subordinados^[32]”, ao que acrescentaria, tendo em conta os desenvolvimentos da política de liderança dentro da LLL, “cooperação dos subordinados e dos superiores”.

Equipamento e Armamento

Este é o ponto onde menos podemos oferecer ao nível da utilidade da comparação. Equipados e armados ao nível dos exércitos que integravam, não parece existir qualquer discrepância na funcionalidade das duas Legiões em relação não só na comparação entre as duas, mas também com as restantes forças inglesas e francesas.

Equipados com a sua distinta farda verde de colarinho branco, os combatentes da LLL usariam o mosquete britânico de padrão indiano, comum a muitas unidades do exército inglês durante as guerras contra Napoleão^[33]. Também na LP os portugueses apresentavam um fardamento distinto das restantes tropas de Napoleão. Se inicialmente eram até um elemento estranho, equipado com os mesmo uniformes azuis com que chegaram a combater os franceses, vão usar, já em 1809, farda de pano castanho, distinguindo-se do restante manancial de homens dos vastos batalhões de Napoleão. O plano de uniformes que chegava por carta escrita pelo quartel-general de Napoleão dizia: «Farda curta de pano castanho escuro, com bandas quadradas, abotoando até à cintura; algibeiras ao comprido; bandas, golas e canhões vermelhos; forro branco; botões brancos, com a seguinte legenda em volta: Legião portuguesa e ao meio o número do regimento^[34].»

Equipada com as mesmas armas que os seus camaradas franceses, i.e, mosquetes de modelo 1777, estão completamente integrados no exército que parte para a Rússia, não podendo dizer-se que as tropas portuguesas sofressem de qualquer tipo de discriminação nestes termos.

Ambas as Legiões tinham também ao seu dispor artilharia, sendo a LP reforçada por um batalhão de artilharia que podemos presumir - dada a estandardização da LP em consonância com o resto do exército francês - que estivesse equipada com canhões de 12, 8 ou 6 libras (sendo o mais utilizado o de 8^[35]), isto seguindo a grande maioria da artilharia existente, por exemplo, ao serviço de Oudinot em Wagram. A LLL, usaria calibres mais pequenos, nomeadamente canhões de 4 libras^[36], podendo deduzir-se que a necessidade de manobra não permitiria a existência de canhões mais pesados.

As poucas conclusões que podemos tirar, em termos comparativos, dizem respeito exatamente ao último ponto referido. Ambas as forças estavam inseridas dentro do padrão inglês e francês, sendo a necessidade de mobilidade da artilharia da LLL o único ponto a destacar.

O percurso

O percurso das duas Legiões, bem como o seu envolvimento em combate, as incidências que causaram reestruturações e as dissidências, são também interessantes de comparar.

A distância percorrida pela LP não é de forma nenhuma paralela à LLL, sendo a LP obrigada a acompanhar as grandes campanhas a oriente da França e a marchar desde Portugal até à sua primeira (e principal) base em Grenoble^[37].

Não será necessário analisar exaustivamente todos os passos de cada uma, no entanto, será do interesse ter em consideração a grande diferença em termos de território percorrido. A LP, formada em Portugal, necessitou, como já foi escrito, de atravessar toda a Península até França, o que deu azo a grande número de deserções, mesmo antes da entrada em ação da Legião. Depois de acantonados em Grenoble, recebendo a respetiva instrução, de modo a uma integração mais fácil no *Grande Armée*, os portugueses vão participar nas campanhas da Alemanha (Wagram) e Áustria, em 1809^[38]. Entre os anos de 1810 e 1812, vão estar num período de menor atividade, sendo, no entanto, alguns elementos integrados nos sistemas de informação (espionagem) de Napoleão e a cavalaria portuguesa utilizada para suprimir as insurreições no Tirol (esta, ainda, em Outubro de 1809)^[39]. A paragem deste período contrastou com o ano de 1812, em que, lançados na campanha da Rússia, os combatentes portugueses percorreram milhares de quilómetros, participando nas batalhas de Smolensk e Borodino, acabando a Legião a ser progressivamente destruída na retirada da Rússia^[40].

A incomparável inferior deslocação da LLL, não significou, no entanto, que esta sofresse menos. Fruto da já referida natureza de guerrilha do conflito peninsular, especialmente na sua área fronteiriça entre os reinos de Portugal e Espanha, a LLL vai envolver-se em várias batalhas de larga escala (Alcantara^[41], Talavera^[42], Buçaco^[43], entre outras), mas, principalmente, nas escaramuças entre as unidades mais avançadas (muitas vezes de reconhecimento). Vai ser a LLL, que defende a ponte de Alcantara^[44], como também vai ser a LLL que vai desgastar e, por consequência, abrandar o avanço napoleónico em Talavera. Por fim, terá também um grande papel na retenção de várias unidades francesas, em vários momentos de ataque às linhas de defesa de Lisboa (linhas de Torres)^[45]. As diferenças, bastante marcadas, dos dois teatros de operações, acabam por sentir-se no percurso das duas Legiões. Sendo que se a LP vai participar em menos confrontos, esses são quase sempre batalhas em larga escala, algumas sendo das maiores presenciadas pelos contemporâneos de Napoleão. No entanto, o período de atividade propriamente dito, i.e, dias em que a LLL se encontrou sob fogo inimigo, foi sem dúvida mais constante, estando envolvida na grande estratégia de Wellington, de criar, a todo o custo, uma bolsa de segurança continental, que pudesse abastecer os seus exércitos, servindo como porta de entrada da Inglaterra para a Europa Continental.

Doutrina

A integração doutrinária das duas Legiões no âmbito dos exércitos ingleses e franceses foi progressivamente aplicada, embora seja possível notar uma diferença, decorrente da já omnipresente distinção entre a natureza do combate a que cada um destes grupos era exposto.

A evolução da doutrina francesa, e a sua progressiva maturação num longo período de tempo que se inicia na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e culmina na escola napoleónica, perspetiva-se numa vanguarda dos militares franceses que, a pouco e pouco, se iria espalhar por toda a Europa, num primeiro momento, através das vitórias de Napoleão, depois através da adoção de processos, originalmente concebidos pelos comandantes franceses, e que vão ser utilizados pela maioria dos grandes exércitos europeus.

O treino oferecido às tropas francesas, na sua imensa variedade - *petite guerre*, emboscada, reconhecimento, luta em linha e luta em coluna - permitiu “construir” regimentos especializados, mas com uma formação generalizada, o que permitiria a esses mesmos regimentos serem bastante versáteis. O General Duhesme defendeu que, a princípio, quase toda a infantaria francesa seria ligeira, optando em quase todas as situações pelo uso de tropas irregulares na vanguarda, para depois fazer avançar os batalhões regulares^[46]. A grande articulação destes corpos (tanto no primeiro momento de uso de irregulares, como no segundo momento de avanço dos batalhões regulares) com a ação da artilharia foi uma das características mais prezadas pelos historiadores militares, de todas aquelas que compunham o rol de Napoleão.

A LP, com a sua composição de vários tipos diferentes de unidades e participando nas batalhas onde podemos ver o desenrolar prático da doutrina enumerada, seguiu o modo de atuação do restante corpo do *Grande Armée*. É também necessário referir que a LP se desdobrou muitas vezes, integrando os seus regimentos de cavalaria em outras divisões completas de cavalaria, como em Wagram^[47], ou na integração dos regimentos de infantaria no grande corpo de tropas napoleónicas que entraram na cidade de Smolensk^[48].

Tal como foi escrito anteriormente, a doutrina napoleónica que se disseminou pelos exércitos europeus do seu tempos, encontra nas reformas do General Sir John Moore, umas das grandes respostas. Pai da infantaria ligeira britânica, transformou muitos regimentos de linha em regimentos ligeiros^[49]. A grande missão da infantaria de linha, que passava não só pelo fogo, mas também pelo poder de choque, deixou espaço aos regimentos ligeiros para se concentrarem na utilização mais eficaz do poder de fogo. A ação da LLL, em ações de reconhecimento, procura e fornecimento de informação, combate com a descentralização das unidades, sempre dentro da perspetiva de uma grande mobilidade e por vezes de ordem dispersa, faz com que esta se integre na categoria da infantaria ligeira^[50].

Revendo a formatação doutrinária das duas Legiões, resta-nos concluir que neste âmbito

é o tamanho e o contexto de cada uma que vão influenciar a sua doutrina. Apesar desta conclusão óbvia, devemos destacar a grande versatilidade das tropas portuguesas na LP, que muitas vezes tiveram que se adaptar aos agrupamentos que Napoleão e os seus generais decidiam juntar.

Ideologia

Será difícil, porventura, tentar descobrir se os soldados destas duas Legiões, possuíam algum motivo subjacente para a sua mobilização. Isto por dois motivos. Primeiro, porque parece-nos claro que numa época em que a carreira militar é o grande fator de mobilidade social, os incentivos económicos e sociais de combater por qualquer força serão, sem dúvida, uma boa razão para o ingresso nas tropas, quer de Napoleão quer de Wellington. Ao juntarmos a este motivo a recruta quase forçada e a escassez de fontes deixadas pelos soldados de menor patente, parece-nos inútil tal análise. No entanto, e felizmente, podemos extrapolar algumas ideias dos líderes destas Legiões, bem como de outras altas patentes envolvidas na guerra.

Existem ligações históricas entre dois dos comandantes da LP - D. Pedro José de Almeida, Marquês de Alorna e Gomes Freire de Andrade - e a corrente iluminista europeia. A velha ligação de Gomes Freire à maçonaria e a visão política de Alorna, que chega a afirmar “que o maior bem que pode acontecer a Portugal é estar na imediata dependência da França^[51]”, podem ser interpretados no sentido de uma maior ligação política e ideológica com as ideias de Napoleão. Por lógica, diríamos que esta ligação não se mantém entre os soldados. Mesmo que a sua bravura tenha sido elogiada por vários, incluindo Artur Ribeiro, dizendo que “não lhes coube a ventura de defender a sua pátria, pertenceu-lhes a tarefa de enobrecê-la ainda, glorificando o seu nome, intrépidos sempre e sempre leais^[52]”, a verdade é que a distância mantida, bem como a falta de perspetiva do homem comum em ver um cenário global, onde a Inglaterra ameaçava a liberdade de toda a Europa - isto segundo a retórica de Napoleão - não permitem que se afirme que exista alguma ligação ideológica significativa no seio dos soldados portugueses.

Devido ao facto da LLL combater ainda em território português, é mais fácil observar paralelos entre a vontade de combater e a defesa da pátria. Nas memórias do Capitão John Scott, é feito destaque à ferocidade do patriotismo português não só pela defesa óbvia do seu território que se encontrava sobre ameaça, mas também do ponto de vista de limpar a honra do seu país ,após as várias tentativas de domínio francês ,algo que também era partilhado pelos espanhóis^[53]. É de notar igualmente um pormenor crucial para percebemos o que pensariam estes homens: muitos voltaram de Inglaterra, onde tinham um porto seguro, para combater. Até mesmo não combatentes, como o Bispo do Porto - financiador da LLL, como já mencionado -, são elogiados pelo capitão inglês, empenhando-se pessoalmente não só por fervor patriótico, mas também pelas notícias de pilhagem e ataque à instituição do clero^[54].

Naturalmente que a diferença ideológica é acentuadamente marcada. O propósito dos homens que combatiam longe da sua pátria, terá sido, com certeza, questionado a cada combate, a cada dificuldade e em cada baixa. Os homens da LLL, terão, com igual

certeza, aceitado o seu destino face à ameaça que os seus conterrâneos sentiam. Não poderemos ter a certeza que o facto da liderança da LLL ser totalmente inglesa, não tenha levantado problemas entre os soldados, no entanto a ação do exército anglo-português, pelo menos até ao fim da guerra, terá esclarecido qualquer dúvida relativa a este ponto.

Conclusões

As relações entre as características geográficas e políticas de cada teatro de guerra, são essenciais em qualquer estudo comparativo, relativamente a unidades militares. O envolvimento das elites militares na política do primeiro quartel do séc .XIX, bem como a forma como nações inteiras foram mobilizadas para combater nos dos maiores conflitos armados da história europeia, abre várias possibilidades de investigação dentro do estudo das elites, tal como permite conceber ideias em torno da intrínseca relação que existe entre a investigação entre a história política e a história militar, para esta cronologia.

As diferenças entre o teatro de guerra ibérico e o teatro de guerra continental, ditaram muito daquilo que foi a atuação de cada uma das Legiões analisadas, moldando a sua doutrina e fazendo os seus percursos distinguirem-se, embora ambas tenham o mesmo destino: acabar de forma abrupta, vítimas do desfalque causado pelo combate.

As visões historiográficas destes dois grupos, são interessantes e permitem bem concluir o que foi a realidade da sua atuação e percurso. Se a LLL é vista sempre de um ponto de vista positivo, ligada aos patriotas portugueses que integraram o exército anglo-português numa guerra que podíamos chamar de “libertação”, a LP é vista de diferentes formas. Manuel Barradas, na biografia do General Gomes Freire de Andrade, vê a Legião como uma força patriótica, embora reconhecendo que a França não respeitou Portugal num primeiro momento, a ocupação inglesa foi ainda mais grave^[55]. Esta visão, altamente influenciada pela nota diplomática do Reino Unido, vulgarmente conhecida por Ultimato de 1890, contrasta com obras posteriores, como a de Artur Ribeiro, que vê a Legião de forma mais neutra abstendo-se de comentar acerca da utilidade da Legião para Portugal, e que embora tenha trazido prestígio a Portugal pela forma como combateram os seus elementos^[56], não deixou de ser um corpo presente longe da sua pátria.

O legado deixado por estes militares foi, naturalmente, sempre mais perspetivado do ponto de vista da história militar. Ficam assim bem denotadas as diferenças relativas à origem, financiamento, organização, números, cadeia de comando, equipamento, armamento, percurso, doutrina e ideologia das legiões ao serviço dos exércitos estrangeiros, entendendo-se a sua diferente finalidade e legado. Resta apenas esperar que as lacunas causadas pela falta de documentação pessoal relativa aos soldados de patentes mais baixas, seja preenchida com novas investigações.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina (2012), "Crise Política e Militarização do Estado em inícios do séc. XIX", *História das Ideias*, vol. 33, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 373-420.

BARRADAS, Manuel (1892), *O General Gomes Freire de Andrade*, Typographia Minerva Central, Lisboa.

CHARTRAND, René, YOUNGHUSBAND, Bill (2000), *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars (2)*, Oxford, Osprey Publishing.

FREIRE, João (2011), *Elementos de Cultura Militar Glossário dos Termos Linguísticos e Estudo Introdutório Sobre a Organização e Simbólica Castrense*, Lisboa, Edições Colibri.

GOMES, Aspirante Licínio de Jesus (2014), *A Importância da Autonomia da Leal Legião Lusitana no decorrer da Guerra Peninsular*, Relatório Científico de Investigação Aplicada entregue à Academia Militar, Lisboa.

KILEY, Kevin (2000), *Theorists, Instructors, and Practitioners: The Evolution of French Doctrine in the Revolutionary and Napoleonic Wars, 1792-1815*, Napoleon Series (disponível em napoleon-series.org/military/organization/c_tactics.html), consultado em Dezembro de 2016.

LILLIE, Captain John Scott (1812), *Narratives of the Campaigns of the Loyal Lusitanian Legion (...)*, Londres, Military Library, Whitehall.

MARTELO, David (2007), *Os Caçadores: Galos de Combate do Exército de Wellington*, Lisboa, Tribuna da História.

MUIR, Rory (1998), *Tactics and the Experience of Battle in The Age of Napoleon*, Londres, Yale University Press.

PISA, José De La (2011), *Napoleon's Nightmare: Guerrilla Warfare in Spain (1808-1814) - The French Army's Failed Counterinsurgency Effort*, Small Wars Journal, Small Wars Foundation.

PLAYFAR, William (1801), *Statistical Breviary*, Londres, T. Bensley.

RIBEIRO, Artur (1901), *Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão*, Lisboa, Livraria Ferin.

TEIXEIRA, Aspirante Humberto (2010), *Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular*, Trabalho de Investigação Aplicada para Mestrado em Ciências Militares, Academia Militar, Lisboa.

WISE, Terrence (1979), *Artillery Equipments of the Napoleonic Wars*, Oxford, Osprey Publishing.

^[1] – Neste contexto, opta-se pela escolha da definição “Continental” como oposta à definição “Peninsular”, para distinguir os teatros de guerra Napoleónicos nos diversos territórios da Europa Central, França, Itália e Europa Oriental, em contraste com o teatro de guerra Ibérico.

^[2] – *Napoleónico*, numa perspetiva temático-cronológica, relativa aos exércitos do tempo das guerras Napoleónicas, não só os que estiveram ao serviço de Napoleão.

^[3] – LLL - Loyal Lusitanian Legion, i.e. Leal Legião Lusitana.

^[4] – LP - Légion Portugaise, i.e Legião Portuguesa.

^[5] – Araújo, Ana Cristina (2012), pp. 379-388.

^[6] – Muir, Rory (1998), p. 141.

^[7] – Araújo, Ana Cristina (2012), pp. 399-411.

^[8] – A Batalha de Leipzig, ente os dias 16-19 de Outubro de 1813, terá envolvido algo como mais de 600 mil soldados, juntando os soldados do *Grande Armée* e as forças da Sexta Coligação.

^[9] – Muir, Rory (1998), p. 103.

^[10] – Id. Ibid. p. 223.

^[11] – Id. Ibid. pp. 229-230.

^[12] – Id. Ibid. p. 52.

^[13]
— Araújo, Ana Cristina (2012), p. 378.

^[14]
— Playfar, William (1801).

^[15]
— Muir, Rory (1998), p. 13.

^[16]
— Id. Ibid. p. 69.

^[17]
— Id. Ibid. pp. 157-158.

^[18]
— Id. Ibid. p. 10.

^[19]
— Pisa, José De La (2011), p. 1.

^[20]
— Ribeiro, Artur (1901), pp. I-VIII.

^[21]
— Gomes, Aspirante Licínio de Jesus (2014), p. 11.

^[22]
— Id. Ibid. pp. 19-20.

^[23]
— Id. Ibid. p. 24.

^[24]
— Chartrand, René, Younghusband, Bill (2000), pp. 41-42.

^[25]
— Ribeiro, Artur (1901), pp. 1-23.

^[26]
— Gomes, Aspirante Licínio de Jesus (2014), p. 24.

^[27]
— Id. Ibid. p. 45.

^[28]
— Chartrand, René, Younghusband, Bill (2000), p. 42.

^[29]
— Ribeiro, Artur (1901), pp. 1 -23.

^[30]
— Id. Ibid.

^[31]
— Gomes, Aspirante Licínio de Jesus (2014), pp. 21-22.

^[32]
— Freire, João (2011), p. 86.

^[33]
— Chartrand, René, Younghusband, Bill (2000), p. 44.

^[34]
— Ribeiro, Artur (1901), pp. 1 -23.

^[35]
— Wise, Terrence (1979), pp. 34-35.

^[36]
— Chartrand, René, Younghusband, Bill (2000), p. 21.

^[37]
— Ribeiro, Artur (2011), pp. 1 -23.

^[38]
— Id. Ibid. pp. 23-40.

^[39]
— Id. Ibid pp. 30.

^[40]
— Id. Ibid. pp. 68-100.

^[41]
— Lillie, Captain John Scott (1812), pp. 231-245.

^[42]
— Id. Ibid. pp. 246-261.

^[43]
— Id. Ibid. pp. 285-295.

^[44]
— Id. Ibid. pp. 231-245.

^[45]
— Id. Ibid. pp. 296-304.

^[46]
— Kiley, Kevin (2000).

^[47]
— Ribeiro, Artur (1901), pp.23-35.

^[48]
— Id. Ibid.

^[49]
— Martelo, David (2007), apud. Teixeira, Aspirante Humberto (2010), p. 28.

^[50]
— Gomes, Aspirante Licínio de Jesus (2014), p.35-38.

^[51]
— Brandão, Raul (1919), p. 337.

^[52]
— Ribeiro, Artur (1901), p. 139.

^[53]
— Lillie, Captain John Scott (1812), p. V.

^[54]
— Id. Ibid. Apendix A," A short Memoir of the celebrated Portuguese Patriot, the Venerable Bishop of Oporto" pp. 119-125.

^[55]
— Barradas, Manuel (1892), p. 43.

^[56]
— Ribeiro, Artur (1901), p.139.